



BRASÃO DE RIO NEGRO

## **RIO NEGRO O MUNICÍPIO E A COMARCA**

A ocupação da região do atual município de Rio Negro iniciou em 1816 com a instalação de acampamentos no intuito aumentar a segurança no Caminho do Viamão contra os ataques dos índios Botocudos. A partir de 1826 a colonização da região começa a se consolidar com a construção da “Estrada da Mata” (ligando Vila Nova do Príncipe à Vila de Lages) e a fundação da Capela da Mata, às margens do rio Negro.

Em 1828 a povoação foi elevada à condição de Capela Curada e, dez anos mais tarde, elevada à Freguesia com o nome de Rio Negro, subordinada à Vila Nova do Príncipe. Em 2 de abril de 1870 é elevada à categoria de município.

Em 1916, com o acordo de limites celebrado entre Paraná e Santa Catarina, a parte ao norte do antigo município permanece subordinado ao estado paranaense e a parte sulista passa a pertencer ao estado catarinense recebendo o nome de Mafra.

## A INSTALAÇÃO DA COMARCA

A comarca de Rio Negro foi criada pela Lei Estadual nº 201 de 26 de novembro de 1896 e instalada no dia 6 de janeiro de 1897. O primeiro Juiz de Direito titular da nova comarca foi o Dr. Augusto Leonardo Salgado. De entrância intermediária compreende, além da sede, os Serviços Distritais de Campo do Tenente, Piên, Lagoa Verde e Quitandinha.

O Foro Judicial é composto de duas Varas Judiciais e Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público.

O Foro Extrajudicial é composto por: Tabelionato de Notas acumulando precariamente o Tabelionato de Protesto de Títulos; Serviço de Registro de Imóveis; e o Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais acumulando precariamente o Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas.<sup>1</sup>



Fórum Desembargador José Pacheco Júnior

---

### 1 Fontes:

IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/rionegro.pdf>. Acessado em: 29 de agosto de 2017.

RIO NEGRO. Disponível em: [http://rionegro.pr.gov.br/cidade\\_historia.php](http://rionegro.pr.gov.br/cidade_historia.php). Acessado em: 29 de agosto de 2017.

JUSBRASIL. Disponível em: <https://cassiocarolinaolsen.jusbrasil.com.br/artigos/162582965/rio-negro-1870-o-processo-de-emancipacao-politica-e-a-rua-xv-de-novembro>. Acessado em: 29 de agosto de 2017.

FERREIRA, João Carlos Vicente. O Paraná e seus Municípios. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

VERNALHA, Milton Miró. Juizes do Paraná. Curitiba: [s.n.], 1991.

OLIVEIRA, Chloris Elaine Justen de. Fóruns do Paraná. Curitiba: [s.n.], 2002.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. Curitiba: Juruá, 2014.